

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

1. Desigualdade de Renda e o Índice de Gini

Após duas décadas (anos 80 e 90) em que os indicadores de desigualdade de renda apontavam a grande discrepância da distribuição de riquezas no país, a década de 2000 apresentou uma nova trajetória com a redução das disparidades de rendimentos. No estado do Ceará, que já foi reconhecido como um dos mais desiguais, a distribuição da renda apresentou uma melhora significativa na última década.

A desigualdade tem um impacto direto sobre o bem-estar social de uma população, uma vez que as sociedades têm preferência por equidade considerando-a como um traço de justiça social. Um nível de desigualdade muito elevado impõe uma série de custos sociais e econômicos à atividade produtiva e à sociedade. A elevada concentração da renda reduz o efeito potencial que o crescimento econômico tem sobre a redução da pobreza, dificultando a apropriação, por parte das pessoas mais pobres, dos benefícios proporcionados por um aumento da renda média. Considerando estes aspectos, a compreensão da dinâmica da desigualdade provê informações relevantes para tomada de decisão e formulação de estratégias de políticas públicas mais efetivas.

A mensuração da desigualdade de renda é realizada com o cálculo de alguns indicadores, dos quais se destaca o Índice de Gini. O valor do índice se limita no intervalo entre 0 (zero) e 1 (um), onde 0 (zero) corresponde à completa igualdade e 1 (um) corresponde à completa desigualdade, ou seja, uma pessoa detém toda a renda. Isto é, quanto mais os valores do Índice de Gini, se afastarem de 0 (zero) maior será a desigualdade. O Índice de Gini é construído com base na Curva de Lorenz que mostra como a proporção acumulada da renda varia em função da proporção acumulada da população, estando os indivíduos ordenados pelos valores crescentes da renda. A grande vantagem deste tipo de coeficiente é que ele é uma medida de desigualdade calculada por meio de uma análise de razão tornando-o simples e facilmente interpretado.

Os dados utilizados para o cálculo do Índice de Gini do Ceará e apresentados no presente documento foram obtidos a partir das últimas edições (2001 a 2011) da Pesquisa por Amostra de Domicílios, a PNAD, realizada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹. O índice foi calculado considerando a renda domiciliar *per capita* obtida pela soma dos rendimentos domiciliares de todas as fontes e dividindo esse valor pelo número de residentes nos domicílios.

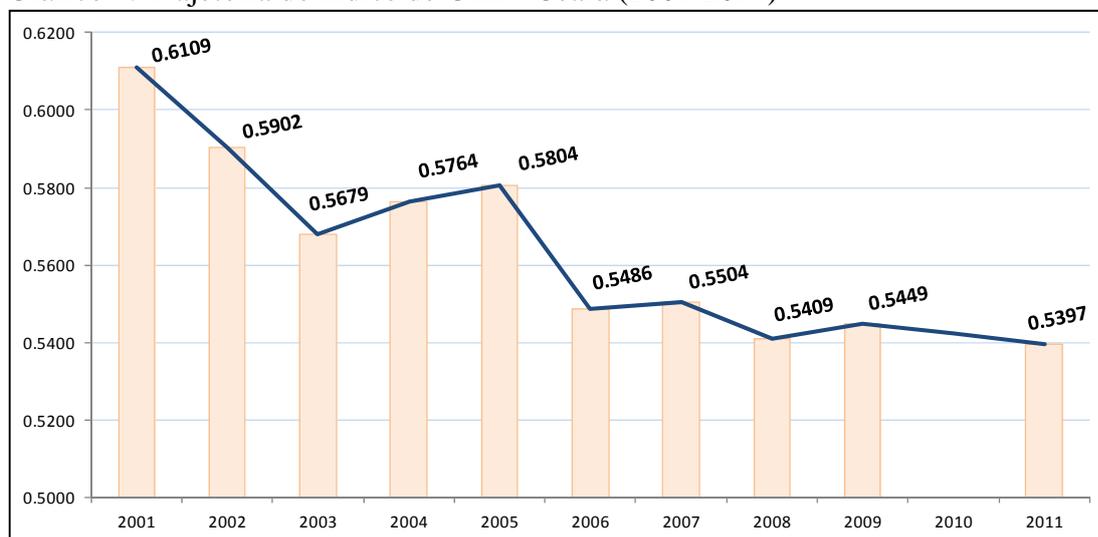
2. Desigualdade de Renda no Ceará

Nas últimas duas décadas do século XX a desigualdade de renda no Ceará mensurada pelo índice de Gini ficou em valores quase sempre maiores que 0,6. Ao longo da década de 80 o índice de Gini mostrou valores entre 0,59 (em 1981) e atingiu valores entre 0,65 e 0,66 (entre 1988 e 1989). Durante os anos 90, em nenhum momento o índice ficou abaixo de 0,61.

¹ A PNAD é realizada normalmente no mês de setembro, tendo dados e indicadores disponibilizados no ano posterior. Essa pesquisa não é realizada em anos de Censo Demográfico como é o caso dos anos de 2000 e 2010.

Na década de 2000 o índice de Gini mostra uma redução histórica da desigualdade de rendimentos. No Ceará, a desigualdade de renda apresentou uma forte queda de 0,61 em 2001 para 0,567 em 2003; e entre 2005 e 2006, quando caiu de 0,58 para 0,548. Desde então vem mantendo uma tendência de queda mais lenta. Mesmo com a desaceleração na redução na desigualdade de renda nos últimos 5 anos, o Índice de Gini calculado para o Ceará atingiu, em 2011 o valor de 0,539, o menor da série histórica, não só nos 10 anos considerados aqui e apresentados no Gráfico 1; mas dentre valores calculados para os últimos 30 anos².

Gráfico 1. Trajetória do índice de Gini – Ceará (2001-2011)



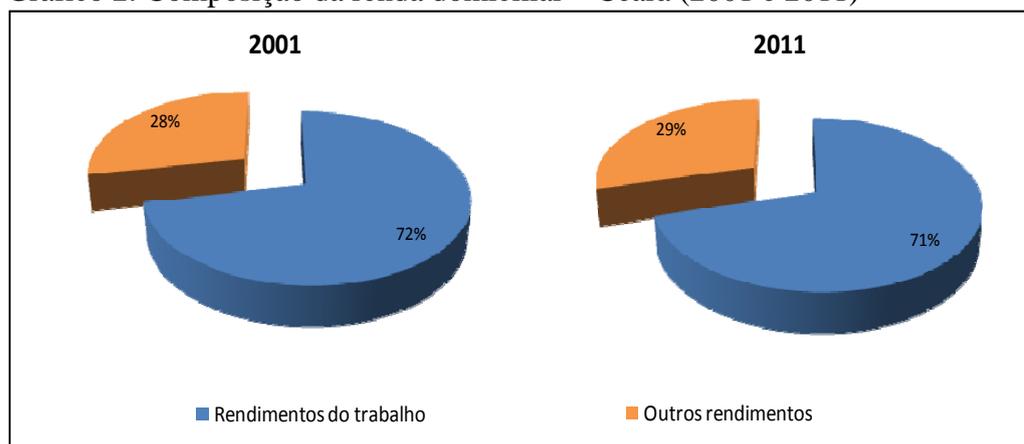
Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo do IPECE.

Uma forma de analisar a redução da desigualdade de renda mensurada pelo Índice de Gini é considerar a composição da renda domiciliar *per capita* e a desigualdade na distribuição dos componentes dessa renda. Aqui, por simplicidade do argumento, consideramos a renda dividida em dois componentes: a renda que é proveniente diretamente do trabalho (principalmente salários) e a renda que não é provida pela atividade laboral, como rendimentos de aluguéis, pensões e aposentadorias e transferências de programas sociais.

A composição da renda das famílias cearenses não sofreu tantas alterações entre 2001 e 2010. Conforme pode ser visto no Gráfico 2, os rendimentos do trabalho diminuíram a sua participação em 1% nos 10 anos considerados, em detrimento do ganho em mesma proporção dos outros rendimentos. Essa elevada participação dos rendimentos do trabalho é um ponto chave para a compreensão da dinâmica da redução da desigualdade.

² Valores do Índice de Gini para as décadas de 80 e 90 podem ser visualizados na página do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): <http://www.ipeadata.gov.br/>.

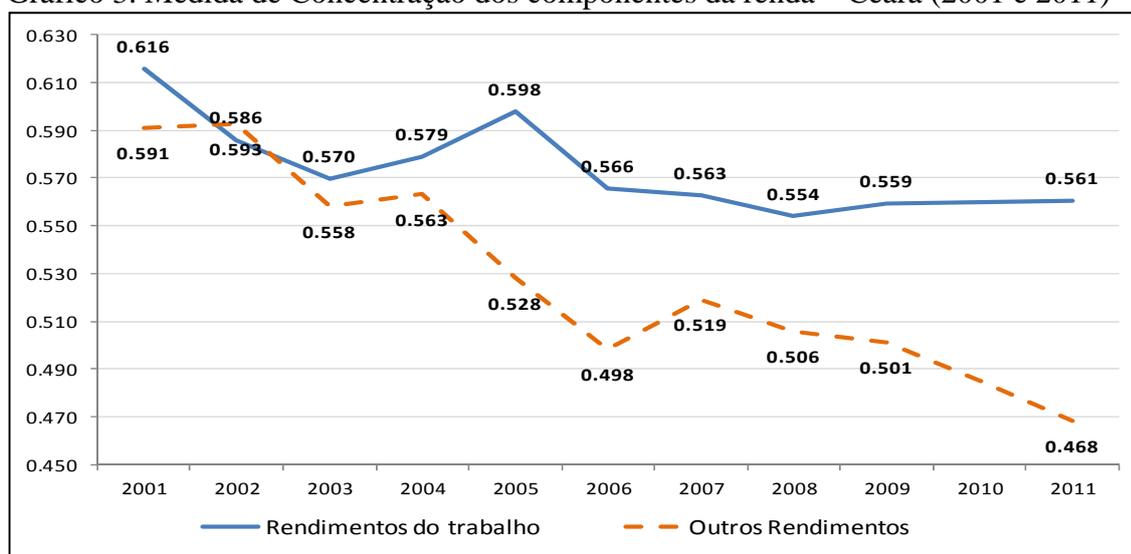
Gráfico 2. Composição da renda domiciliar – Ceará (2001 e 2011)



Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo do IPECE.

Mas se a composição não mudou muito a ponto de provocar grandes mudanças no Índice de Gini, a concentração dos rendimentos (medida pela razão de concentração) que compõem a renda avançou significativamente. No Gráfico 3 é possível observar que a medida de concentração dos rendimentos do trabalho e de outras fontes diminuiu ao longo da década de 2000.

Gráfico 3. Medida de Concentração dos componentes da renda – Ceará (2001 e 2011)



Fonte: IBGE/PNAD. Cálculo do IPECE.

Comparando a concentração dos dois tipos de rendimentos, tem-se que a magnitude da redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos que não são provenientes do trabalho é bastante significativa. Isso se deve principalmente ao acesso a fontes de renda por parte da população mais pobre, o que garante méritos aos programas de transferência de renda que se tornaram mais importantes ao longo da década. Esse efeito, no entanto, é limitado pela composição média da renda domiciliar e pelo alcance dos programas sociais.

No que diz respeito à queda do Índice de Gini, a avaliação deve considerar conjuntamente os dois fatores citados anteriormente, participação na renda e redução da desigualdade na distribuição. Sob essa ótica, os rendimentos do trabalho assumem o papel principal na redução na desigualdade de renda. Isso porque a renda laboral responde por mais de 70% dos rendimentos das famílias cearenses, o que torna qualquer mudança em sua distribuição altamente impactante no índice de desigualdade.

Quando observamos a medida de concentração dos rendimentos do trabalho observa-se uma clara evidência de que este componente se estabilizou nos últimos anos. Esse comportamento é extremamente importante para a manutenção da tendência de queda no Índice de Gini e é o principal fator para que a redução na desigualdade de renda tenha sofrido uma desaceleração nos períodos mais recentes.

A tendência de redução da desigualdade de renda depende diretamente da desigualdade de rendimentos do trabalho que, por sua vez, depende de fatores dentre os quais se destaca a educação. A educação e os retornos proporcionados pela escolaridade em termos de melhores rendimentos se apresentam atualmente como principal mecanismo para a redução da desigualdade via mercado de trabalho.

3. Considerações Finais

O Índice de Gini mostra uma redução histórica na desigualdade de renda no Ceará, atingindo os menores valores nas três últimas décadas. O rápido decaimento da desigualdade na primeira metade da década de 2000, promovida pela consolidação e a expansão de programas sociais, passou para uma redução mais lenta, mas não menos consistente. O índice, em sua própria natureza, não possibilita observar grandes variações de um ano para o outro sem que haja grandes mudanças estruturais na distribuição da riqueza e de dotações das pessoas, principalmente em termos de educação.

Os limites para a redução na desigualdade dos rendimentos do trabalho são os mesmo para que a desigualdade de renda possa manter uma tendência declinante em longo prazo no Ceará. Esses limites estão calcados na redução da desigualdade educacional que hoje constitui um dos principais focos das políticas públicas realizadas pelo Estado, como a expansão do ensino profissional e os programas de melhoria da qualidade do ensino.

Governador: CID FERREIRA GOMES
Secretário da SEPLAG: Eduardo Diogo
Diretor-Geral do IPECE: Flávio Ataliba
Diretor da DIEEC: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Diretor da DISOC: Régis Façanha Dantas

Elaboração: Vitor Hugo Miro (coordenação)
Victor Hugo de Oliveira

SEPLAG: www.seplag.ce.gov.br; IPECE: www.ipece.ce.gov.br
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora/Cambeba
Fone: (85) 3101.3496